



# GALATO



PORTE  
PAGO

Quinzenário \* 3 de Junho de 1978 \* Ano XXXV — N.º 893 — Preço 2\$50

Propriedade da Obra da Rua

Obra de Rapazes, para Rapazes, pelos Rapazes

Fundador: Padre Américo

## FILHOS ILEGÍTIMOS

O vai-ven da nossa vida e a reflexão que o tema impunha não nos permitiram registar mais cedo as alterações no Código Civil que acabaram de vez — esperamo-lo — com esta designação imprópria contra a qual O GALATO se bateu durante tantos anos como voz quase única e clamando no deserto.

Congratulamo-nos, pois, por esta medida legal que põe termo a uma discriminação injusta, porquanto, como nos escrevia há dias um interlocutor de muitas vezes sobre este assunto, «tudo e todos podem ter culpa no aparecimento de um filho fora do matrimónio — menos o próprio filho».

Congratulamo-nos, sim, mas não «embandeiramos em arco». A Justiça não é tarefa fácil nem resulta automaticamente de uma prescrição da lei. A sua eficácia é consequência muito mais de um comportamento vivencial do que da norma que o legislador formulou no seu gabinete onde lhe escapam tantos matizes de que os casos reais se revestem. Os problemas em causa não podem reduzir-se a mera figura jurídica num campo em que a afectividade é o centro vulnerável a feridas profundas para que não basta como remédio, uma defesa mais decidida de direitos que têm a sua realidade em domínio económico. Que a lei reconheça humildemente a sua débil potência!

Em sua doutrinação, Pai Américo sempre opôs à atribuição da ilegitimidade aos filhos a imputação dela aos pais: «Não há filhos ilegítimos; os pais é que o são». Embora nunca tenham sido designados como tais, nem se peça que o sejam, são-no sempre que constituem os filhos em circunstâncias em que se torna difícil, senão impossível, a prestação do direito consignado no n.º 6 da Declaração dos Direitos da Criança: «Esta, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, tem necessidade de amor e compreensão. Deve, tanto quanto possível, crescer sob a protecção e responsabilidade dos pais e, em qualquer caso, numa atmosfera de afecto e de segurança moral e material; a criança na primeira infância não deve, salvo circunstâncias excepcionais, ser separada da mãe. A sociedade e os poderes públicos têm o dever de consagrar um cuidado particular às crianças sem família ou às que não possuem meios de existência suficientes. É desejável que sejam concedidas às famílias numerosas, verbas do Estado ou outras para o sustento das crianças».

Todo este artigo consagra a Família como o contexto estável que dá segurança, o clima de amor onde a criança pode desabrochar e desenvolver-se harmoniosamente. E, quando não existe ou não funciona, por razões que (salvo as da morte) deveriam ser verdadeiramente excepcionais e rigorosamente impugnadas, é ainda para a Família que a Declaração citada aponta como modelo das estruturas com que a sociedade e os poderes públicos hão-de cumprir o seu dever de substituí-la em favor das crianças que a não têm.

Não se pense, pois, que num ambiente de desagregação e irresponsabilidade, num mundo onde proliferam falsos conceitos de liberdade, corrompidos pela expansão do egoísmo segundo lei inversamente proporcional ao sentido do compromisso, à capacidade de opções perenes que deveriam concretizar a maturidade do Homem — não se pense que é uma simples determinação legal que vai restituir a criança à posse e ao uso dos seus direitos legítimos e fundamentais. Se a legítima instituição familiar com os seus valores essenciais de estabilidade e amor não é defendida pelos poderes e consciente e esforçadamente procurada pelos cidadãos, continuará a crescer o número de órfãos-de-pais-vivos, seja qual for a origem do seu nascimento.

Por isso, congratulando-nos embora, com os parágrafos da lei que acabam com a discriminação entre filhos legítimos e ilegítimos, em nada nos tranquiliza o teor geral das alterações ao Código Civil, tal como já foi denunciado pela Conferência Episcopal Portuguesa, de quem respigamos estes dois parágrafos tão realistas: «A Família defende-se sobretudo na actuação real e concreta da vida, sempre iluminada pelos princípios da lei natural e da revelação divina. É aí que em especial aos cristãos compete dar um testemunho inequívoco de fidelidade e de respeito por esta instituição, sagrada pela sua origem e imprescindível à plena realização tanto dos seus membros como da sociedade».

Ao Estado pertencem também graves obrigações, aliás por expresso imperativo constitucional. É indiscutível a necessidade de uma urgente política em favor da família, garantindo-lhe independência económica e habitação condigna, organizando as

Cont. na 4.ª pág.



«Verónica», do Abrigo dos Pequenos em Benguela.

## AREIAS DO CAVACO

O dia está no fim. Acabo de chegar do hospital aonde levei um pequenino do morro de N.º S.º da Graça. A nossa carrinha, muitas vezes, é ambulância para casos mais urgentes, a qualquer hora do dia ou da noite. A gente sabe onde moramos, sabe onde dormimos, sabe que a porta está aberta. Por isso vem, bate confiadamente porque acredita. O cansaço, o desgaste físico e do coração não podem impedir que vamos.

Ao chegar a Casa, o grupo dos mais pequeninos faz o cerco à carrinha. Sentamo-nos um pouco à entrada da casa-mãe. Falam. Contam coisas. Põem a cabeça no meu regaço. Comem alguns rebuçados que tenho à mão. Dão coragem. Dizem que vale a pena. Claro, a seu modo! Preparam um novo dia. Fazem esquecer o que dói. Ele há tanto sofrimento à sua volta! E eles são tantos! A nossa Casa nunca nos seus

dias de vida esteve tão cheia! São 140! Muitos ficam fora, porque não há lugar. No coração cabem todos, os de dentro e os de fora. São a nossa razão de ser, de estar. São a

força humana que nos aguenta de pé. Que a outra Força vem por eles.

Desde Fevereiro, um grupo

Cont. na 2.ª pág.

## Auto-construção

## Ovo de Colombo

Sobre a nossa mesa de trabalho temos um documento muito importante, qual ovo de Colombo — diria Pai Américo — publicado, recentemente, pelo presidente da Câmara de Aguiar da Beira. É um documento de tal modo transcendente que bem mereceria sair com o título «Carta aberta às Câmaras Municipais» — aos representantes do Povo eleitos para as Autarquias.

Ei-lo:

«1 — Está em vigor um PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA AUTO CONSTRUÇÃO AO ABRIGO DOS DECRETOS LEI N.º 44.645/62 e N.º 53/77.

2 — O programa acima referido tem por finalidade resolver o problema do alojamento conveniente das famílias mais carecidas de recursos.

Cont. na 4.ª pág.

# PELAS CASAS DO GAIATO

## Solidão

Que triste o amoteceer  
E não ter pão p'ra comer!  
Existir  
E não agir...  
Ter coração  
E não sentir!

O descontentamento  
De tanta gente  
Que quer ser autónoma  
Económicamente!

Ir pr'a guerra  
E matar,  
Ter boca  
E não poder  
Livremente cantar!

Viver com as barreiras  
E os limites sociais  
E os países  
Serem todos iguais!

Ter a mente embotada  
De desnordeantes regimes...  
E ter nascido  
Nesta época da máquina  
P'ra nunca ser livre...!

O protesto secreto  
Do moleiro...  
Ser triste,  
Dependente,  
Prisioneiro...!

E não ter bons amigos...  
Que triste!  
Nesta vida serena  
E rude  
Ser um poeta  
De atrativos gritos!

Manuel Amândio

## Paço de Sousa

**INSTRUMENTOS MÚSICAIS** — As últimas cartas que recebemos vieram respectivamente de: Amadora com 100\$00; 200\$00 da Casa de Santa Zita; mais 1.000\$00 do Porto; e, por último, 100\$00 de Lisboa.

Agradecemos com um obrigado muito sincero.

Quanto a música, muitas coisas temos a dizer. Continua na ordem do dia!

Em breve teremos cá em Casa um pequeno Festival Desportivo e nele está incluído um Festival da Canção com prémios para a melhor letra, música e interpretação. Haverá, assim, uma oportunidade para novos valores.

Parece-me que a maior parte das canções serão inéditas.

Novos valores vão aparecer e, decerto, que não decairão se não forem contemplados com a vitória.

«SENHORA DAS CASTANHO-LAS» — No número anterior falei sobre o Emílio e as suas castanholas de madeira. Pedi, também, que se algum leitor tivesse delas e não precisasse, as enviasse ou trouxesse para o nosso Emílio («Cara Alegre»).

No Domingo chegou uma senhora do Porto com as castanholas!

Agradecemos a sua atenção em nome do Emílio. Obrigado!

**VISITAS ESCOLARES** — Temos tido a simpática visita de várias escolas do norte do País: Porto Braga, Aveiro, etc. Nada escapa aos olhos das crianças que, vendo uma porta aberta, o que nós somos realmente, entram espavoridas por lá dentro.

É uma alegria ver os nossos mais pequenos no comando de outras da idade deles. São eles que servem de cicerones e mostram tudo o que podem, até coisas sem importância. São uns mestres!

Estas visitas dizem-nos que ainda temos muitos amigos que não nos esquecem.

Podem vir sempre. «Nós somos a porta aberta.»

**GRILOS** — Este ano poucos grilos aparecem cá em Casa! Não sei se os caçadores estão paralisados se é por falta de caça.

Alguns andam aí com caixas, mas com poucos grilos. Por vezes estamos no Terço e lá estão eles, os grilos, a fazerem companhia como se soubessem que nós até gostamos da sua colaboração em nossa oração.

Já houve estragos nalguns campos e os autores foram chamados à ordem. Esperemos que tal não volte a acontecer!

**PISCINA** — Já foi limpa para as provas de natação a realizar em Junho no Festival Desportivo.

Alguns quiseram tomar banho, apesar do tempo não estar nada convidativo.

O recanto mais feio e sujo da nossa Aldeia passou agora a ser o mais bonito.

**FÉLIX** — É um rapaz traquina e endiabrado. Anda sempre a fazer tolices, apesar dos ralhos e castigos que os chefes e o P.e Abel lhe têm dado. Infelizmente bem os tem merecido.

As duas últimas peripécias do nosso amigo Félix não foram nada de maior, e até foram: Resolveu o nosso amigo comer o almoço do refeiteiro Neves! Mais; pela tarde recebemos a visita de algumas meninas de Vila Real. O Félix, como sempre, estava lá no meio daquela «maralhada» toda, e, como já previa que ia ser chamado a contas pelo sucedido, resolveu ir dar um giro na hora do Terço! Quando chegou foi chamado a contas e ficou sem jantar pois já tinha almoçado duas vezes...

O Félix precisa de ser compreendido e ajudado por todos nós. Não é só com castigos que isto se consegue. E estes mesmos poderão ser abolidos se o ajudarmos e o tivermos debaixo da nossa vista para que ele não se perca.

«Marcelino»

## Areias do Cavaco

Cont. na 1.ª pág.

de três jovens Religiosas aceitaram o convite e consomem suas vidas partilhando da sorte destes filhos do povo angolano. São parte da sua herança de consagradas. Deste cantinho do mundo africano a Igreja canta um hino à Esperança.

Padre Manuel António

A filha mais velha do Luciano...

... e o filho mais novo.



## Notícias da Conferência de Paço de Sousa

**VIÓVAS** — Ela é viúva desde o tempo em que eram completamente marginalizadas de benefícios sociais.

Arregaçou as mangas e, com um porte digno, trabalhou até ao limite das suas forças. Subsiste! Outras, como ela, nas mesmas circunstâncias, ficaram pelo caminho...

O drama das viúvas, em nosso País, foi e em alguns casos ainda é... um problema pendente.

No caso vertente, dentro da linha de rumo que temos seguido — primeiro justiça, depois caridade — após morosas demarques chamámos à pedra o Seguro Social. Foi a dança das cartas. Vá lá, coroada de êxito!

Não fossem os desgostos..., de que a vida é fértil, esta mulher teria um fim de vida relativamente com mais conforto. Sofre, porém, as consequências da solidão, talvez mais difícil de suportar do que as dores físicas.

Um calvário da Terceira Idade!

Júlio Mendes

## Nota da quinzena

A nossa quinta não é nenhum latifúndio, mas é bastante grande. A partir dela tiramos muito do essencial para comer. Essencial que passa por um «trabalho árduo»... Pai Américo sabia-o bem e, por isso, dava pão com mel aos pequenos trabalhadores da batata. Hoje não temos mel e os trabalhos da sementeira e colheita da batata continuam a passar pelas mãos desses pequenos trabalhadores. É o grupo dos da «Lenha». A sulfatação do vinho está dependente deles. Se o grupo tem uma «avaria», as máquinas são obrigadas a parar e vice-versa. É ela por ela, em avarias. A colheita do vinho e do milho pertence-lhes também. Para além de toda a limpeza geral das casas e das ruas, que lhes cabe, entram quase sempre nas situações de emergência. E nestas são especialistas... Embora as queixas apareçam logo, quando as emergências são criadas ou necessária ou abusivamente. Nestes casos, as reivindicações a torto e a direito saltam pela boca fora. Na ensilagem da erva pr'o gado, foi preciso a ajuda de um grupo dos mais pequenos. Gostaram de trabalhar e trabalharam mesmo, pois era permitido jogar a cambalota no silo para calçar a erva

cortada pela máquina. Pois, apesar disso, a reivindicação: «queremos tomar banho na piscina». É que nem sempre o calor ou o suor, ou a sujidade de certos trabalhos são suficientes para exigir... Porque quando o são, nem é preciso mais nada. A justiça de qualquer reivindicação deve ser atendida, quanto mais, ouvida!

Assim vão passando pelo campo, os mais pequenos. Há trabalhos, como o da sulfatação em que a motivação não é fácil. Não bebem o vinho que ajudam a tratar! Por isso exigem sempre banho na piscina! Se possível, quem pode dizer que não? «Só dois mergulhos...»

Para qualquer vida a compensação material ou espiritual é sempre um estímulo. Para tanta gente, que trabalha no campo, apenas a recompensa do pão de cada dia faz de estímulo. Para tanta gente que trabalha no campo, apenas a parte mais pequena que a Natureza dá, é saboreada com sofreguidão. Os nossos rapazes, na hora da opção profissional, fogem do trabalho do campo... E os rapazes de todas as aldeias de Portugal também fazem o mesmo! E somos um País essencialmente agrícola!

Padre Moura

# AQUI, LISBOA!

● A anunciada prisão duma série de portugueses na fronteira franco-espanhola vem confirmar que o drama dos clandestinos permanece e que, infelizmente, a vida continua a ser madrasta para muitos dos nossos compatriotas na terra que os viu nascer. Palavras bonitas e promessas variadas, mas nem sempre cumpridas, não nos iludem. Os Emigrantes continuam a ser «máquinas de fazer dinheiro» em ordem a suprir, parcialmente, com as receitas do turismo, os défices da balança de pagamentos, quando não o descalabro dos dinheiros públicos.

Diz-se que, a partir do corrente mês, os trabalhadores portugueses a trabalhar nos 16 países do Conselho da Europa, principiam a desfrutar de condições de segurança social idênticas aos oriundos dessas nações. Regista-se o facto e queira Deus que isso possa ser uma realidade, pelo menos para os documentados, já que para os outros isso não será viável. De resto, pelo menos em França, a fazer fé em informações directas, os trabalhadores portugueses já estavam enquadrados, para utilizar expressões correntes entre eles, pelo «chômage» (desemprego) e pela «securité» (segurança social). Em relação aos direitos dos naturais só não podiam votar e ser eleitos e receber o subsídio de «location» (arrendamento).

Uma coisa é certa, como que fatalismo, por esta ou aquela razão, os portugueses continuam a procurar fora da sua terra melhores condições de vida. Os clandestinos não acabam e, não fora o endurecimento das autoridades dos países para onde se dirigem, em virtude da recessão económica verificada um pouco por toda a parte, mais seriam tentados à aventura.

O grosso das pessoas que emigra é constituído, dum modo geral, por gente com reduzida preparação intelectual e profissional, quando não quase analfabeta, ocupando-se nos trabalhos mais duros e ingratos, como a construção civil e a agricultura ou em tarefas fabris penosas e exigentes, não especializadas. As condições duras de trabalho juntam-se os difíceis e indesejáveis aspectos habitacionais, as distâncias dos locais de trabalho, aliás nem sempre fixos, a preparação dos alimentos, sobretudo para aqueles que vivem sem o conforto e o bafo familiares, já de si questões de monta e de graves repercussões humanas e morais. Em suma, a vida dos Emigrantes é, na maior parte dos casos, difícil e cheia de espinhos, agravada ainda pelos obstáculos da língua.

O surto de desemprego que se verifica por esse Mundo fora, faz aparecer, por vezes, um certo tipo de discriminação pelo menos inconsciente, em certos sectores, à semelhança

do que se constata, por exemplo, em Portugal, injustamente, com os refugiados das ex-Províncias portuguesas e até com os próprios Emigrantes. Pode haver declarações públicas ou rectas formulações de intenções, mas umas e outras não conseguem destruir os factos. No plano individual, de pessoa para pessoa, as relações podem ser as melhores; no plano grupal, infelizmente, nem sempre serão assim. Não raro, até, há explorações e abusos.

Que os Emigrantes se vão desportuguesando é também uma realidade. A falta de escolas portuguesas e de assistência das autoridades de Portugal aos seus filhos são evidentes. Há crianças que quase não sabem uma palavra da língua dos pais. Nos convívios, aliás frequentes, nalgumas agremiações recreativas ou culturais ou em estabelecimentos de bebidas ou comidas, os nossos compatriotas ainda se vão encontrando. As visitas a casa de familiares são comuns e con-

seguem ainda manter certos laços, bem como, assim, em baptizados e casamentos. Todavia, não será difícil prever, a longo ou médio prazo, uma «desnacionalização» progressiva, com a perda dos costumes e dos valores mais sadios da nossa gente e uma assimilação daquilo que existe de menos bom nas sociedades locais.

Não há dúvida que pertence à Igreja a honra de ter feito, mais do que ninguém, algo pelos Emigrantes. Estes, no entanto, tendo, no geral, uma preparação deficiente e uma fé pouco esclarecida, têm pouca prática religiosa e, em consequência, estão pouco capacitados para o testemunho cristão. Há muitos casamentos católicos e baptizados, algumas crianças vão à catequese, mas o facto de, muitas vezes, para lá das condições de trabalho, se procurar enriquecer (?) a todo o transe e de haver forças interessadas na demolição dos autênticos valores ou na captação dos Emigrantes para

as suas ideias materialistas, leva à confusão e ao esquecimento dos costumes e das actuações que lhes eram específicas e a sua maior riqueza. O Padre, sobretudo se português, é ainda respeitado e procurado em situações difíceis, o que não deixa de ser um sinal positivo.

A saudade e o desejo de regresso são aspectos notórios a ter em conta, apesar de tudo, em grande número dos nossos compatriotas. Por esse Portugal fora estão patentes as casas construídas ou em construção, renovando profundamente o fôlego das nossas aldeias e vilas. Se não se der, porém, uma protecção efectiva e real às comunidades portuguesas no estrangeiro, a tendência será para lá se fixarem. O seu regresso a Portugal é fortemente condicionado pela estabilidade política e pela situação económica. Na sua carne sentem muitos ainda o fracasso dos seus investimentos imobiliários, no turismo ou na construção civil, e nos papéis de crédito ou similares. A aplicação das leis que definem o sector privado e público, bem assim a regulamentação da lei

das indemnizações, são factores negativos a considerar. Investir aqui as suas economias também não é, para muitos, desejável, por não adivinharem as metas futuras das leis que nos regem.

Diz-se que as remessas dos Emigrantes têm aumentado. É possível, embora isso se deva atribuir em grande parte à desvalorização do escudo. Dar facilidades fiscais para a construção das suas casas; fomentar isenções de impostos, como por exemplo o do imposto de capitais para os juros vencidos pelos depósitos feitos; permitir depósitos em moeda estrangeira, são aspectos importantes, mas não suficientes. De resto, neste como noutros sectores há que ter em conta a discriminação em relação aos filhos desta Terra, que, aqui e agora, mourejam e suam, e não tiveram possibilidades de emigrar. Ver os Emigrantes como «máquinas de fazer dinheiro», que é o que prevalece no espírito de muita gente, tem de ser banido. Sem desprezar o forte contributo, aliás desejado, que podem dar ao desenvolvimento deste País em crise, não podemos esquecer os valores fundamentais em causa. O Emigrante é um Homem e como tal deve ser tratado. Na perspectiva cristã não podemos olvidar que, criado à imagem e semelhança de Deus, tem um destino eterno. Apoiá-lo nos seus legítimos direitos e defendê-lo dos abusos e explorações pertence, em primeiro lugar, ao País que lhe serviu de berço. O fomento de escolas portuguesas e de serviços de apoio adequados, a assistência cultural e espiritual são, entre outras, medidas a tomar ou desenvolver, para que não percam a sua própria personalidade e se desumanizem. Criar neste País urgentemente, condições de vida e de trabalho propícias ao seu regresso será, ainda, o melhor serviço que lhe prestaremos e à Pátria comum que nos serviu de berço.

● A vida está difícil e ninguém o ousará contestar. Fala-se em austeridade mas, pelos vistos, a palavra não tem aplicação geral. Como compreender, então, a multiplicidade de almoçadas e de banquetes da nova burguesia e das classes dirigentes deste País? Nós, que vivemos no meio dos Pobres e nos deslocamos por toda a parte, não queremos acreditar que o sol quando nasce não seja para todos.

● O Zé «Betata» tem andado mal do estômago e corrido seca e Meca para se tratar. Há dias, no principal Hospital do País, disseram-lhe que precisava de tirar determinada radiografia. Nos serviços radiológicos informaram-no, ora vejam, que só para Novembro! Para os Pobres a austeridade tem larga dimensão, não acham?!

(Casa do Galato de Lisboa — S. Antão do Tojal — Loures)

## O segundo volume do livro «Doutrina»

Esta obra de Pai Américo continua a interessar muita gente! Di-lo a correspondência sobre a nossa banca de trabalho — que é fogo ardente! Uma leitora do Porto pede «a Deus que o amor pelos Outros que norteou a vida de Pai Américo, chegue a cada um de nós».

Como o seu DOCTRINA é actual! — continua a nossa correspondente. Que visão a dele em relação à Pedagogia!

A nota da página 124 — «é preciso que a regra se sacrifique às obras e não estas à regra...» — para o tempo era já muito avançada! Mas ele conhecia a vida, por isso escrevia assim».

Prestemos atenção a Cascais:

«Recebi o segundo volume do DOCTRINA do Padre Américo, que muito agradeço».

Com os mercados inundados de literatura revolucionária, que de revolucionário só têm o venha-a-nós aquilo que é vosso, é um bálsamo para a alma este maravilhoso livro.

Em toda a podridão que nos cerca, este DOCTRINA é tal qual um regato de águas límpidas saltitando de fraga em fraga tal a variedade do seu conteúdo.

Estou a escrever hoje porque logo à noite vem a minha

casa uma jovem amiga, professora primária, e vou oferecer-lhe este livro para daí tirar matéria para as suas aulas. Como não quero ficar sem ele, agradeço o favor de me enviar um para mim.»

Lisboa:

«Do fundo do coração agradeço o livro DOCTRINA. Foi para mim a prenda que mais apreciei. Das suas páginas desprende-se uma doutrina que convida as nossas almas à prática do bem e nos leva a seguir mais e melhor os ensinamentos pregados por Jesus».

Que livros maravilhosos os de Pai Américo! Que doutrina encerram! Que poder sobrenatural deles emana! Quanto nos ajudam a desprender do mundo, a ser menos egoístas e a pensar mais nos Irmãos pobres!

Quem dera que todos os livros de Pai Américo fossem lidos por esses «grande senhores» que apregoam aos quatro ventos que não há Pobres em Portugal. Eles dizem isto para sossegar a sua consciência, que os deve acusar de tanta hipocrisia... Enfim, Deus ilumine os nossos espíritos para o bem e nos dê um Mundo Melhor onde haja mais amor e menos egoísmo, onde os homens se estimem e não se atraiçõem.»

Mais esta presença de Lisboa:

«Conforme o meu pedido, enviaram-me seis livros de Pai Américo: DOCTRINA 1.º e 2.º volumes, PÃO DOS POBRES, VIAGENS, ISTO É A CASA DO GAIATO e O BARREDO, que agradeço. Só que, e aqui já não é conforme o meu pedido, não me disseram quanto devo mandar. Deduzo que mandamos segundo o que desejamos, podemos, etc.  
Envio 1.000\$00».

Estes livros não são pagos em dinheiro, pois não há dinheiro que chegue neste pobre País arruinado e endividado, para os pagar. A sua paga é em ascese e riqueza espiritual que eu gostaria de retransmitir a todos com quem contacto; mas, principalmente, receber para mim própria, que bem preciso... Mas isto já é um terreno escorregadio. Lemos; sentimo-nos outros, mas depois lá caímos; levantamo-nos e voltamos a cair... Livros, cireneus do espírito, que dinheiro te pagam?! Mas esta migalha talvez faça algum bem. Farão dela o que acharem melhor. Que ela mitigue alguma fome, tire alguma dor e desconforto. E bendito seja Deus.»

Júlio Mendes

Padre Luiz

# Novos Assinantes de «O GAIATO»

Esta procissão, já o dissemos, é uma coisa muito séria! Ouçam este postal do Porto:

«Escrevo-lhes muito contente, porque arranji uma nova assinante. Espero que na próxima saída de O GAIATO ela já possa ter a alegria de o receber.

Tenho-lhe emprestado os meus e vou emprestar-lhe os livros. Com certeza vai gostar!

Eu já os li muitas vezes e nunca me aborreço de os voltar a ler. São uns livros formidáveis...!»

Agora, uma carta d'alguers:

«Parabéns pelo vosso jornal que é um hino de amor e de verdadeira caridade emanada do Evangelho!

Basta ler um número para ficar (todo o homem ou mulher de boa vontade) preso a O GAIATO, porque V. não se ficam por palavreado oco ou demagógico.

A Obra da Rua é exemplo a meditar e seguir por todos os

cristãos que o não queiram ser só de fachada.

Bem hajam por todo o Bem que vão espalhando entre os Pobres, entre a Juventude e também pelo Bem que O GAIATO faz aos seus leitores.

Cada linha do vosso jornal é um convite tranquilo e amigável ao amor ao Próximo.

Decerto, e disso não tenho dúvidas, que o Espírito de Deus continuará na Sua caminhada na terra, unido ao vosso trabalho.»

Os leitores-avulso, mais entusiastas, sofrem os naturais desentendimentos com os pequenos vendedores de O GAIATO. E alguns, como única so-

lução, propõem a assinatura do jornal:

«Sou, há muitos anos, uma leitora de O GAIATO, que muito aprecio. Compro-o à porta da igreja aonde participo na Missa. Como há dias que não encontro o jornal, fico aborrecida. Lembrei-me, se for possível, inscrever-me assinante.»

Tem o problema resolvido!

Sublinhamos, também, a presença de Amigos que não dispõem de ir para rua, à moda de S. Paulo. E são muitos! Aqui está um, de Mem Martins:

«Consegui, mais uma vez, arranjar um grupo de amigos de confiança para assinantes do nosso querido «Famoso», que

procurarei ajudar — sempre que possa e na medida das minhas possibilidades — a chegar ao maior número de pessoas possível.»

O resto da procissão corre o País inteiro, de norte a sul. E entende-se pelo estrangeiro, onde pulsam corações portugueses.

Um rol de presenças do Porto, sendo uma parte telefonistas da Central dos CTT (Praça da Batalha). Outro grupo numeroso, da grande Lisboa. E mais Coimbra, Setúbal, Braga, Vila Boa do Mondego (Celorico da Beira), Elvas, Grijó (Gaia), Mortágua, Santa Eulália da Ordem (Lousada), Ranholas (Sintra), Cedovim, Arrentela

(Seixal), Amadora, Viseu, Torre de Moncorvo, Ermesinde, Seixal, Torre da Marinha, Portela de Sintra, Vila Nova de Famalicão, Calendário (Famalicão), Coimbrões (Gaia), Valbom (Gondomar), Amora, Laranjeiro, Aveiro, Espinho, Costa do Valado, Aradas (Aveiro), S. Pedro Fins (Ermesinde), Sabrosa, Angeja, Marinha Grande, Vila Nova de Gaia, Paio Pires, Portimão, Meixedo (Viana do Castelo), Gulpilhares (Gaia), Torres Novas, Vilar Formoso, Penacova, Tabuaço, Camarate, Tagarro, Torres Vedras, Chamusca, Tavira, Queluz, S. Mamede de Infesta. Além fronteiras é Cubal (Angola) e Hilden (Alemanha Federal).

Júlio Mendes

## Auto-construção

# Ovo de Colombo

Cont. da 1.ª pág.

3 — Poderão usufruir dos benefícios de subsídio as famílias que reúnem as seguintes condições:

— Serem carecidas de recursos económicos e aufram rendimentos, por pessoa, inferiores ao salário mínimo nacional;

— Possuam terreno próprio ou terreno cedido (ou vendido) em regime de direito de superfície pela Câmara Municipal para este efeito;

— Residam no local onde pretendem efectuar a construção.

4 — Para poderem ser subsidiadas, as habitações terão que obedecer às seguintes condições:

— Ter projecto elaborado de acordo com o Regulamento

Geral de Edificações Urbanas e aprovado pela Câmara Municipal;

— O custo total máximo dos fogos concluídos não pode exceder os 500 contos;

— As áreas brutas das edificações não ultrapassarem, para cada tipologia, os seguintes valores:

Com 1 quarto	.....	70 m <sup>2</sup>
» 2 »	.....	90 m <sup>2</sup>
» 3 »	.....	106 m <sup>2</sup>
» 4 »	.....	117 m <sup>2</sup>
» 5 »	.....	133 m <sup>2</sup>

5 — Os chefes de família que satisfaçam as condições legais poderão usufruir do subsídio reembolsável sem juros e pelo prazo máximo de 20 anos até à importância de 80% dos custos da casa e do terreno, depois do projecto aprovado e cumpridas as restantes disposições legais. Poderão ainda usufruir de outros benefícios que o Fundo de Fomento de Habitação lhes pode conceder, como seja a isenção da contribuição predial durante 15 anos.

6 — Para mais esclarecimentos sobre este programa, deverão os interessados dirigir-se à Secretaria desta Câmara Municipal durante as horas normais de expediente.»

É um programa tão oportuno, tão de acordo com o tempo e as necessidades do nosso Povo, que não valeria a pena acrescentar mais nada. Ele fala por si. Mas o certo é que, se o País necessita, grosso modo, de 600.000 casas; se há — como é óbvio — legislação adequada à Auto-Construção para as

«famílias mais carecidas de recursos», sobretudo para as mais numerosas; se elas têm à sua disposição um «subsídio reembolsável sem juros e pelo prazo máximo de 20 anos até à importância de 80% dos custos da casa e do terreno»; e mais e

mais, diria também Pai Américo — qual o motivo porque estes financiamentos «ao abrigo dos Decretos-Lei n.ºs 44645/62 e n.º 53/77» permanecem (na generalidade) enclausurados no «Diário da República» e não se lhes dá corpo e vida em todas as Autarquias dos meios rurais, e o Estado não dá a esses documentos a publicidade que justamente merecem — v. g. pela Secretaria do Estado — na TV, Rádio, Imprensa diária e não diária, boletins paroquiais...? Porquê?!

Júlio Mendes

## FILHOS ILEGÍTIMOS

Cont. da 1.ª pág.

condições de trabalho de modo a favorecer a estabilidade e coesão da vida doméstica, dando aos pais possibilidades de educar, livre e convenientemente, os filhos e combatendo a degradação da vida social que é uma crescente ameaça ao seu desenvolvimento da nossa juventude.»

Pai Américo escreveu equivamente, há muitos anos, com estas palavras breves: «Tudo quanto seja regresso a Nazaré é progresso social cristão.»

Padre Carlos

## AVISO aos incautos

Em plena baixa lisboeta, senhoras (?) abordam os transeuntes procurando impingir-lhes auto-colantes e recebendo em troca «donativos» para a Casa do Gaiato. Quem nos conhece sabe bem que não utilizamos tais processos nem outros similares. Trata-se, portanto, de burla descarada a pedir recurso ao Agente da Autoridade mais próximo.

Aos nossos Amigos pedimos a fineza de elucidarem as pessoas da sua roda. Nem crianças ou jovens, adultos, homens ou mulheres, se podem, com mandato, apresentar em nome da Obra para receber seja o que for, nas empresas ou em quaisquer outros lugares.

Padre Luiz

### RETALHOS DE VIDA

## O Segunda



Eis aqui a minha vida:

Quando eu tinha 9 anos, o meu pai não me queria meter numa escola, e mandava-me pastar o gado.

Então, fugi de casa do meu pai para a casa de minha mãe.

Porque a minha mãe se amigou com outro homem, resolveu meter-me numa escola na Fazenda de Portelas. Comecei a estudar até à terceira classe. A minha quarta classe fi-la na Missão Católica do Balombo, Monte-Belo. Então falei com o senhor Padre António Henrique que resolveu trazer-me aqui para a Casa do Gaiato de Benguela. Agora passei para o segundo ano do Ciclo. Tenho 16 anos.

Por hoje, só me lembra isto.

Luís Segunda

Director: Padre Carlos  
 Chefe de Redacção: Júlio Mendes  
 Redacção e Administração: Casa do Gaiato — Paço de Sousa — Telef. 95285  
 Composto e impresso nas Escolas Gráficas da Casa do Gaiato — Paço de Sousa